

CB.AGRO

Em defesa dos bioinsumos

Representante do segmento de agricultura sustentável critica a inclusão de recursos biológicos no projeto de legislação dos agrotóxicos. Proposta retira o direito dos produtores rurais, adquirido em 2009, de multiplicar agentes naturais na lavoura

» HENRIQUE FREGONASSE*

Em tramitação no Congresso Nacional, o atual texto do projeto de lei (PL) que revisa as diretrizes para o uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras inclui os bioinsumos como “agrotóxicos biológicos”. Para o convidado do *CB.Agro* — parceria entre *Correio* e TV Brasília — de ontem, o biólogo e mestre em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB) e presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável (GAAS), Eduardo Martins, essa inclusão não é somente absurda — pela contrariedade entre os conceitos de “agrotóxicos” e de “bioinsumos” —, como também representa a retirada de um direito fundamental aos agricultores — o de multiplicar esses bioinsumos dentro das próprias fazendas.

“Há 15 anos, os agricultores conseguiram, por causa de um decreto do então-presidente (Luiz Inácio) Lula (da Silva), o direito de multiplicar biológicos (bioinsumos) na própria fazenda — o que a gente chama de multiplicação própria — e isso permitiu que a gente reduzisse custo e, principalmente, o consumo de agrotóxicos. Agora, esse direito está sendo retirado dos agricultores”, reclamou Martins.

“No final de 2023, a lei de agrotóxicos incluiu o tema dos bioinsumos, assim como um conceito para os bioinsumos que nós multiplicamos na fazenda, de ‘agrotóxicos biológicos’. É como se você fosse se apresentar para alguém e, quando ela perguntasse ‘Eu sou o bandido mocinho’. O que é isso? Isso é um problema sério para nós”, lamentou.

Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Roberto Fonseca, o biólogo ressaltou que o GAAS, com o apoio de outras 37 entidades, propôs um novo texto para a

regulamentação dos bioinsumos, buscando desfazer a inclusão desses recursos no projeto de lei dos agrotóxicos e avaliar um com foco específico para o tema. Apesar da preferência pelo projeto que tramita na Câmara — dentre dois que analisam, especificamente, os bioinsumos —, Eduardo Martins argumentou que a manutenção do direito da multiplicação dos bioinsumos é mais importante do que qual será o PL escolhido.

“Nós não estamos fazendo escolha de um PL ou outro — a gente preferia que a Câmara fosse o espaço de interpretação final a respeito dessa lei —, mas, para nós, o que é relevante é a gente tratar de bioinsumos como eles devem ser tratados, e manter o nosso direito da multiplicação própria, porque ele é fundamental para a gente fazer a transição regenerativa da agricultura brasileira”, argumentou.

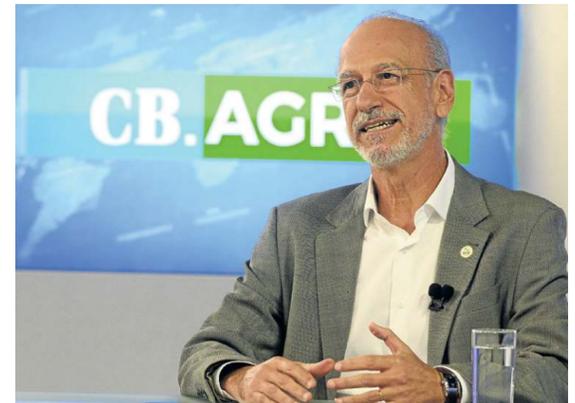
Modelo global

O presidente do GAAS contou que o Brasil tem sido internacionalmente reconhecido como modelo para a organização da cadeia produtiva da agricultura regenerativa. Para ele, isso evidencia a necessidade de que o Poder Público reveja a regulamentação dos bioinsumos, por considerar que o país tem uma oportunidade inédita de liderar a sustentabilidade entre as agriculturas mundiais, realizando essa transição regenerativa de uma forma mais fácil.

“Nunca um país teve a oportunidade que o Brasil tem numa transição de um segmento relevante. A agricultura, no Brasil, pode ser a mais sustentável, a que faça a transição regenerativa de forma mais fácil. É uma oportunidade extraordinária que nós temos”, completou.

*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Eduardo Martins: “agrotóxico biológico” equivale a “bandido mocinho”

ENERGIA

Greves preocupam setor de óleo e gás

O alastramento das paralisações do Ibama e o crescimento do movimento pela valorização das agências regulatórias estão trazendo uma grande preocupação para o setor de óleo e gás, alertou o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (Abespetro), Telmo Ghiorzi. O atraso de licenças para as atividades no setor prejudica empresas, informou o executivo, que prevê perdas bilionárias para a indústria a curto e a longo prazo.

Ontem, servidores do Ibama decidiram entrar em greve em ao menos 16 estados. Além disso, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) suspendeu a reunião semanal em apoio ao movimento de valorização das agências reguladoras. O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, escreveu uma carta à ministra de Gestão e da Inovação

em Serviços Públicos, Esther Dweck, reivindicando mais recursos e mais pessoal.

“A nossa grande preocupação é que é um movimento que está se alastrando. E que pode ter efeitos bastante ruins, tanto a curto quanto a longo prazo”, advertiu Ghiorzi.

“Estamos falando de uma indústria que entre o leilão de um bloco e o primeiro óleo, leva de sete a dez anos. E depois, 30 anos de produção. Então, qualquer mudança, qualquer turbulência agora pode prejudicar um leilão no ano que vem ou um projeto que vai ser decidido”, avaliou.

Ghiorzi vê a crise no Ibama e nas agências trazendo instabilidade para o setor como um todo, o que pode retardar investimentos. Para ele, o governo deveria investir mais nas agências. E disse concordar com a carta que o diretor-geral da ANP mandou para a ministra.



Banco do Nordeste

A força do Nordeste na transformação social do país

19/06
a partir das 09h30

O Correio Braziliense realizará debate abordando temas sobre políticas públicas, indústria, emprego formal, geração de renda e inclusão social. Serão discutidas potencialidades, tendências e recursos naturais que impulsionam o crescimento econômico da região.

Mediadores:



Carlos Alexandre
Editor de Política e Brasil do Correio Braziliense



Denise Rothenburg
Colunista de Política do Correio Braziliense

Presenças confirmadas:



Paulo Câmara
Presidente do Banco do Nordeste



Décio Lima
Presidente do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)



Adriana Melo
Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



Uallace Moreira
Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)



Guilherme Mello
Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, saiba mais sobre o evento e inscreva-se.

Assista ao evento **presencialmente e online** com transmissão ao vivo no site e redes sociais do Correio Braziliense

Correio Braziliense
@correio.braziliense
www.correio braziliense.com.br

Apoio: Banco do Nordeste GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Realização: CORREIO BRAZILIENSE CB Brands